



DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

Av. Des. José Nunes da Cunha - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79031-902 - Campo Grande - MS - www.defensoria.ms.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa seguradora para fornecimento de serviços de seguro veicular para a frota de veículos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 12 (doze) meses, com assistência 24 horas e cobertura em todo território nacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O seguro veicular a ser contratado contemplará 28 (vinte e oito) veículos componentes da frota da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, a saber:

Item	Descrição	Quantidade / Unidade	Valor máximo aceitável do Prêmio	Valor Tabela Fipe Abril/2024
1	FIAT PALIO WK ATTRACTIVE 1.4, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2012/2012, PLACA HTO 2735, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BD17307MC4377916, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS – FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.304,02	R\$ 31.041,00
2	FIAT PALIO WK ATTRACTIVE 1.4, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2012/2012, PLACA HTO 2736, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTÓMOVEL, CHASSI 9BD17307MC4376607, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.304,02	R\$ 31.041,00

3	FIAT PALIO WK ATTRACTIVE 1.4, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2012/2012, PLACA HTO 2737, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BD17307MC4377929, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.144,21	R\$ 31.041,00
4	FIAT PALIO WK TREKKING 1.6, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2012/2012, PLACA HTO 2734, COR PRATA, GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BD17350EC4377112, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.155,63	R\$ 31.041,00
5	MITSUBISHI PAJERO HPE 4X4-AT 3.2 TB-IC (7LUGARES), UTILITÁRIO SUV, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2015/2016, PLACA OOU-9630, COR PRATA, DIESEL, TIPO PICKUP, SUV, CHASSI 93XHYKH8WGCF21238, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 2.541,97	R\$ 157.677,00

6	<p>RENAULT DUSTER 1.6 D 4X2, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2013/2014, PLACA NRZ 3977, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO MIS/CAMIONETA, CHASSI 93YHSR6P5EJ793054, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.331,77	R\$ 47.931,00
7	<p>RENAULT DUSTER 2.0 16V / TECH ROAD - 5 PORTAS - 142 CV - ANO/MODELO 2014/2015 - PLACA NRL 9229 - TIPO CAMIONETA - CHASSI 93YHSR6R3FJ542153 - ALCOOL/GASOLINA - COR: PRATA - FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS 100.000,00 - DANOS CORPORAIS 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO - 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.367,46	R\$ 51.068,00
8	<p>RENAULT DUSTER 2.0 16V / TECH ROAD - 5 PORTAS - 142 CV - ANO/MODELO 2014/2015 - PLACA NRL 9232 - TIPO CAMIONETA - CHASSI 93YHSR6R3FJ541697 - ALCOOL/GASOLINA - COR: PRATA - FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS 100.000,00 - DANOS CORPORAIS 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO - 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.367,46	R\$ 51.068,00

9	<p>RENAULT SANDERO EXPRESSION 1.0; 5 PORTAS, ANO/MODELO 2014/2015, PLACA NRL 9227, COR PRATA, ALCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMOVEL, CHASSI 93Y5SRD04FJ723180, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS – FRANQUIA TIPO REDUZIDA – DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 – DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 – ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 – INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.066,54	R\$ 31.229,00
10	<p>RENAULT SANDERO EXPRESSION 1.0; 5 PORTAS, ANO/MODELO 2014/2015, PLACA NRL 9228, COR PRATA, ALCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMOVEL, CHASSI 93Y5SRD04FJ723418, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS – FRANQUIA TIPO REDUZIDA – DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 – DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 – ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 – INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.089,05	R\$ 31.229,00
11	<p>RENAULT SANDERO EXPRESSION 1.0; 5 PORTAS, ANO/MODELO 2014/2015, PLACA NRL 9231, COR PRATA, ALCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMOVEL, CHASSI 93Y5SRD04FJ723423, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS – FRANQUIA TIPO REDUZIDA – DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 – DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 – ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 – INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.</p>	12 meses	R\$ 1.087,53	R\$ 31.229,00

12	TOYOTA COROLLA XEI 2.0 FLEX, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2013/2013, PLACA NRZ 3155, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BRBD48E1D2606124, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.426,40	R\$ 63.614,00
13	TOYOTA COROLLA XEI 2.0 FLEX, 5 PORTAS, ANO/MODELO 2010/2011, PLACA HTH 2385, COR PRATA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BRBD48E2B2509849, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.324,23	R\$ 54.854,00
14	TOYOTA HILUX CD 4X4 STD; 5 PORTAS, ANO/MODELO 2014/2015, PLACA OOR 4303, COR BRANCA, DIESEL, TIPO CAMINHONETA ABERTA, CARROCERIA COM CABINE DUPLA, CHASSI 8AJFY22G8F8019896, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 2.614,11	R\$ 97.543,00

15	VW GOL 1.0, 5 PORTAS, ANO MODELO 2009/2010, PLACA HSH 4596, COR CINZA, ÁLCOOL/GASOLINA, TIPO PAS/AUTOMÓVEL, CHASSI 9BWAA05U0AP015125, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00- ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.057,49	R\$ 22.489,00
16	CARGO 816 TURBO E5 4x2 , DUAS PORTAS ANO MODELO 2014/2014, PLACA NRL 8609, DIESEL - BAU SIMPLES - COR BRANCO, CHASSI 9BFVEADS1EBS72650, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00- ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 4.090,92	R\$ 171.254,00
17	VAN FIAT DUCATO GREENMC CH 2.3 , 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 1 PORTA DE CORRER LATERAL E 2 PORTAS TRASEIRAS 270°, ANO/MODELO 2019/2019, PLACA QAX 8B82, COR BRANCA, DIESEL, TIPO ESP/MOTOR-CASA/C FECHADA, CHASSI 3C6DFVDK0KE535131, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 4.880,27	R\$ 160.323,00

18	VAN FIAT DUCATO GREENMC CH 2.3 , 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 1 PORTA DE CORRER LATERAL E 2 PORTAS TRASEIRAS 270º, ANO/MODELO 2019/2019, PLACA QAX 8B90, COR BRANCA, DIESEL, TIPO ESP/MOTOR-CASA/C FECHADA, CHASSI 3C6DFVDK4KE535133, FATOR DE AJUSTE 110% - VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00. GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 4.811,13	R\$ 160.323,00
19	VAN EXPERT BUSINES PACK 21/21, AUTOMOVEL TIPO CARGACAMINHONETE MARCA PEUGEOT MODELO EXPERT BUSINESS PACK 16 BLUEHDI ZERO KM, 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 1 PORTA DE CORRER LATERAL E 2 PORTAS TRASEIRAS 180º, ANO/MODELO 2021/2021, PLACA RBZ6E82 , COR PRATA, DIESEL, TIPO NRO/MOTOR, CHASSI 9V8VBBHXGMA003465, FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 2.566,10	R\$ 129.407,00

20	VAN EXPERT BUSINESS PACK 21/21, AUTOMOVEL TIPO CARGACAMINHONETE MARCA PEUGEOT MODELO EXPERT BUSINESS PACK 16 BLUEHDI ZERO KM, 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 1 PORTA DE CORRER LATERAL E 2 PORTAS TRASEIRAS 180°, ANO/MODELO 2021/2021, PLACA RCA1J02 , COR PRATA, DIESEL, TIPO NRO/MOTOR, CHASSI 9V8VBBHXGMA003467, FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 2.566,10	R\$ 129.407,00
21	HYUNDAI CRETA ACTION 1.6 CATEGORIA SUV; 2021/2021, PLACA RCI5A22, 04 PORTAS LATERAIS E 01 PORTA TRAZEIRA, POTENCIA 130 CV, COR PRATA, FLEX, CHASSI 9BHGA811BMP233554, ATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.598,52	R\$ 91.545,00
22	HYUNDAI CRETA ACTION 1.6 CATEGORIA SUV; 2021/2021, PLACA RCI5B22, 04 PORTAS LATERAIS E 01 PORTA TRAZEIRA, POTENCIA 130 CV, COR PRATA, FLEX, CHASSI 9BHGA811BMP233555, ATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.598,52	R\$ 91.545,00

23	HYUNDAI CRETA ACTION 1.6 CATEGORIA SUV; 2021/2021, PLACA RCI4J32, 04 PORTAS LATERAIS E 01 PORTA TRAZEIRA, POTENCIA 130 CV, COR PRATA, FLEX, CHASSI 9BHGA811BMP233556, FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.677,62	R\$ 91.545,00
24	VEÍCULO CATEGORIA HATCH; VOLKSVAGEM GOL 1.6, AUTOMÁTICO , 2021/2021, PLACA RCC9I53, 02 PORTAS LATERAIS DE CADA LADO E 01 TRAZEIRA, POTENCIA 120 CV, FLEX, COR PRATA, FLEX, CHASSI 9BWAL45U6NT035748, FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.460,08	R\$ 59.341,00
25	VEÍCULO CATEGORIA HATCH; VOLKSVAGEM GOL 1.6, AUTOMÁTICO, 2021/2021, PLACA RCC9G53, 02 PORTAS LATERAIS DE CADA LADO E 01 TRAZEIRA, POTENCIA 120 CV, FLEX, CHASSI 9BWAL45U4NT035960 COR PRATA. FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.608,06	R\$ 59.341,00

26	VEÍCULO CATEGORIA HATCH; VOLKSVAGEM GOL 1.6, AUTOMÁTICO, 2021/2021, PLACA RCC9H83, 02 PORTAS LATERAIS DE CADA LADO E 01 TRAZEIRA, POTENCIA 120 CV, FLEX, CHASSI 9BWAL45U8NT035766, COR PRATA. FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.664,29	R\$ 59.341,00
27	VEÍCULO CATEGORIA HATCH; VOLKSVAGEM GOL 1.6, AUTOMÁTICO, 2021/2021, PLACA RCB3H93, 02 PORTAS LATERAIS DE CADA LADO E 01 TRAZEIRA, POTENCIA 120 CV, FLEX, CHASSI 9BWAL45U0NT035700, COR PRATA. FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 1.664,29	R\$ 59.341,00
28	CHEVROLET/S10 CABINE DUPLA 2.8 DIESEL 4X4 VERSÃO LT – CODIGO 148FKP – R7N, CATEGORIA SUV - CATEGORIA G, DE ACORDO COM A IN 14-08 DO TRF, 2023/2023, PLACA SLX7I09, QUATRO PORTAS LATERAIS E 01 PORTA TRASEIRA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 200 CV; COR PRATA, FLEX, CHASSI 9BG148FK0RC424640, FATOR DE AJUSTE 110% DA FIPE- VIDROS COMPLETOS - FRANQUIA TIPO REDUZIDA - DANOS MATERIAIS R\$ 100.000,00 - DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00 - ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO: MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 20.000,00 - INVALIDEZ PERMANENTE P/ PASSAGEIRO R\$ 20.000,00, GUINCHO ILIMITADO.	12 meses	R\$ 5.123,38	R\$ 202.830,00
Valor total estimado: R\$ 56.491,17 (cinquenta e seis mil reais quatrocentos e noventa e um reais e dezessete centavos).				

1.3. Fonte dos recursos:

1.3.1. DPGE/MS

1.4. Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação prevista no art. 2º, II, da Resolução DPGE/MS nº. 289, de 27 de setembro de 2022, “ *considera-se bem de consumo de categoria “comum”, aquele que contém apenas os requisitos necessários e suficientes ao atendimento das demandas do órgão ou da entidade adquirente* ”.

1.5. O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando o somatório dos prêmios de seguro para os 28 (vinte e oito) veículos a serem segurados, observado o preço global máximo admitido.

1.6. Os serviços em comento são caracterizados de natureza continuada, conforme previsto no art. 1º, XXV, da resolução DPGE/MS nº 290, de 27 de setembro de 2022, que trata da definição dos serviços de natureza continuada prestados à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.6.1. Sua natureza continuada deve-se a necessidade permanente e contínua da Administração a ser satisfeita com a prestação do serviço, além da sua execução de forma contínua e de longa duração. Nesse cenário, a ausência do serviço pretendido colocaria em risco o patrimônio público, comprometendo a continuidade dos serviços.

1.7. O contrato/apólice poderá ser prorrogado, nos termos da lei nº. 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos.

1.8. Em conformidade aos arts. 16, § 3º, do Decreto 60.459/67, aos princípios da licitação constantes na lei 14.133/2021, bem como, à jurisprudência do TCU sobre a matéria (Decisões 938/2002-TCU-Plenário e 400/1995-TCU-Plenário), a contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta por corretora de seguros.

1.9. A contratada deverá apresentar comprovação de autorização de funcionamento da seguradora junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do art. 44 do Decreto Federal n. 60.459, de 13 de março de 1967.

1.10. O objeto desta contratação está previsto no item 32 do Plano Anual de Contratações de 2024 (DOE 11.310) de 01 de novembro de 2023, que prevê fornecimento de serviços bancários, postais e SEGUROS, conforme ANEXO III, deste Termo de Referência.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul possui uma extensa frota de veículos, tendo em vista que a instituição utiliza o modelo de gestão de transporte baseado na aquisição de veículos automotores e gestão de frota.

2.2. Esses veículos são utilizados prioritariamente para proposição de atendimentos nos interiores de Mato Grosso do Sul, na movimentação de servidores e Defensores em atividades como deslocamentos entre as unidades da DPGE/MS, para participação de reuniões, eventos, contribuindo para o bom andamento das atividades realizadas pela Defensoria Pública.

2.3. Nesse contexto, justifica-se a necessidade da Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços no ramo de seguro veicular com a finalidade de manter os veículos pertencentes à frota da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais, além de garantir a segurança de servidores e Defensores em viagens oficiais, assim, considerando o fato de as apólices vigentes estarem próximas a expirar, e havendo necessidade de renovação da mesma, a aquisição proposta é imprescindível.

3. DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1. A justificativa da solução está presente no item 9. do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. A adjudicação do objeto será realizada por lote, conforme justificativa apresentada no item 10. do Estudo Técnico Preliminar, obedecendo ao critério do menor preço, garantindo a escolha da melhor proposta.

3.2.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Temporais

4.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021 podendo ser prorrogado nos moldes do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.1.2. A vigência da apólice de seguro a ser contratada deverá ter início na data da assinatura do Termo de Contrato.

4.1.3. A apólice a ser contratada poderá ser renovada por iguais e sucessivos períodos, sem necessidade de obedecer à vigência decenal na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

4.2.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, os serviços devem apresentar, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas no Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como menor impacto sobre os recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais ecologicamente corretos, maior vida útil e menor custo de manutenção, observadas as particularidades e natureza do serviço.

4.2.2. Em atendimento ao Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, a contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

a) Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

b) Disponibilizar cartão eletrônico ao invés de emitir cartões de PVC que demoram décadas para se decompor;

c) Possuir oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.2.3. Deverá ainda observar os critérios de sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei Nº 14.133/2021, bem como, a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As especificações de cada item estão descritas no item 1.2., deste termo de

referência.

5.2. Os valores declarados no item 1.2. são estimados e neles encontram-se computados os custos da apólice, bem como todos os impostos, os encargos, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

5.3. O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva de cada veículo deverá ser do tipo REDUZIDA (50% do valor da franquia básica).

5.4. A proposta de preços deverá indicar o tipo de franquia (reduzida) e os valores individuais da franquia de cada veículo.

5.5. O valor do prêmio do seguro para a cobertura compreensiva por veículo não poderá ser superior ao valor indicado no quadro do item 1.2. do Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

5.6. A apólice terá sua vigência a partir da data indicada no instrumento Contratual a ser firmado.

5.7. Nos casos das coberturas de APP e RCFV (responsabilidade civil facultativa de veículo) não haverá franquia.

5.8. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas não deverão exceder aos limites máximos indicados na descrição da proposta da empresa vencedora, para cada item, não sendo cumulativas com a franquia de que trata a cláusula acima.

5.8.1. Na ausência de informação referente aos valores das franquias (de para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas) na descrição da proposta encaminhada pela empresa será considerado o valor R\$ 0,00 (zero).

5.8.2. As franquias de que trata a item 5.8. serão aplicadas de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

5.8.3. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, não será admitido à seguradora cobrar franquia para esses serviços.

5.9. Da forma de execução dos serviços:

5.9.1. A licitante vencedora emitirá a apólice de Seguro seguindo as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, com cobertura de 12 (doze) meses, abrangendo as seguintes coberturas conforme as especificações do objeto.

5.9.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, 7 dias por semana.

5.9.3. No preço proposto deverão estar inclusos o custo da apólice e quaisquer outras incidências.

5.9.4. A empresa Contratada deverá entregar a apólice e/ou documento equivalente referente aos veículos descritos neste Termo de Referência, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da efetivação do pagamento do prêmio total do seguro.

5.9.5. Caso a fornecedora classificada não puder entregar a apólice, deverá comunicar o fato à Secretaria de Gestão Administrativa, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes de findar-se o prazo de entrega.

5.9.6. A contratada obriga-se a assegurar, pelo tempo de vigência da apólice, as especificações descritas na Proposta de Preços e neste termo de referência, sendo de sua inteira responsabilidade a correção, caso não esteja em conformidade com as referidas

especificações.

5.9.7. Serão recusadas as apólices, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam de acordo com o Termo de Referência.

5.9.8. Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

5.9.9. O percentual contratado para caracterização de indenização integral (perda total) será de 75% (setenta e cinco por cento).

5.9.10. Quando a extensão dos danos ao veículo, resultante de um mesmo acidente, tornar a sua reparação inviável economicamente, ou seja, o custo para consertar o veículo for igual ou superior a 75% do limite correspondente ao valor segurado do veículo, a indenização será integral.

5.9.11. Não deverá ser considerado o perfil dos motoristas, por se tratar de seguro de frota.

5.9.12. Todos os veículos da frota permanecem, predominantemente, recolhidos em garagens privativas da DPE/MS.

5.9.13. O quantitativo dos veículos poderá ser acrescido ou reduzido a critério da DPGE/MS, nos limites estabelecidos no art.125 da Lei 14.133, de 2021.

5.9.14. Não há previsão de quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota da DPGE/MS no período de vigência do seguro.

5.9.15. O seguro deverá, ainda, ter cláusula de cobertura para acessórios e equipamentos originais de fábrica, os quais são regulamentados na cobertura Casco Fipe.

5.9.16. Uma vez efetuado o pagamento da indenização integral, os veículos segurados passam a ser de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

5.9.17. A seguradora deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

5.9.18. Assistências 24 horas com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, no local onde o veículo se encontrar.

5.9.19. A Seguradora vencedora da licitação deverá indicar, na forma do disposto no art. 118 da Lei 14.133, de 2021, um preposto para representá-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e o Fiscal ou representante da DPGE/MS.

5.9.20. Possuir Central de Atendimento com funcionamento de 24h para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário e todas as providências necessárias à prestação dos serviços ora contratado, informando os números de telefone para contato.

5.9.21. Pagar indenização no valor de 110% da Tabela FIPE vigentes na data de aviso do sinistro, a critério da DPGE/MS, até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica exigida.

5.9.22. Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada a data de recebimento da nota de empenho como data inicial.

5.10. Da Descrição dos Veículos:

5.10.1. A descrição dos veículos encontram-se relacionadas no quadro do item 1.2, deste Termo de Referência.

5.11. Da Apólice:

5.11.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

5.11.2. Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 110%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Bônus, quando houver.
- f) Franquia aplicável.

5.11.3. Após a disponibilização da referida apólice, a contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

5.11.4. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso da Administração da DPGE/MS.

5.11.5. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

5.12. Da Avaria:

5.12.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

5.13. Do Aviso de Sinistro:

5.13.1. A contratada deverá colocar à disposição da contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

5.13.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.13.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.13.4. Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

5.14. Do Bônus

5.14.1. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus a que cada veículo tem direito, se for o caso.

5.15. Do Endosso

5.15.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela DPGE/MS e processadas pela seguradora, mediante endosso.

5.15.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

5.15.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuado pela DPGE/MS.

5.16. Da Franquia

5.16.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

5.16.2. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.17. Dos Salvados:

5.17.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.17.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratante junto aos órgãos pertinentes.

5.10. Das Garantias Básicas do Seguro:

5.10.1. A Indenização Parcial deverá abarcar no mínimo as seguintes características:

- a) Danos parciais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como (colisão, capotagem /queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer;
- b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- c) Atos danosos causados por terceiros;
- d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências;
- f) Queda de agentes externos sobre o veículo;
- g) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros;
- h) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota da DPGE/MS);
- i) Danos causados aos pneus, em caso de acidente;
- j) A Contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice;

5.10.2. A Indenização Total deverá abarcar com garantia total (integral), no mínimo as seguintes características básicas:

- a) Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: (colisão, capotagem/queda accidental), ou outros que vierem a ocorrer;
- b) Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- c) Atos danosos causados por terceiros;
- d) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- e) Descargas atmosféricas (raios) e suas consequências;
- f) Queda de agentes externos sobre o veículo;
- g) Danos causados a pintura por acidente ou por terceiros;
- h) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências (sendo a cobertura somente do veículo da frota do DPGE/MS);

i) Danos causados aos pneus, em caso de acidente;

j) A Contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia, especificado na apólice;

k) Indenização parcial por roubo, furto e/ou incêndio do veículo segurado: o seguro deverá acobertar com indenização parcial no mínimo as seguintes características básicas:

l) Danos causados por tentativa de roubo ou furto do veículo;

m) Danos causados por incêndio ou explosão acidental ou intencional que danifiquem parcialmente o veículo;

n) Danos causados ao veículo segurado após a ocorrência de roubo ou furto consumado, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

o) A Contratante participará por evento, nos prejuízos indenizáveis, com o valor da Franquia especificado na apólice, exceto nos casos de incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado.

5.10.3. A Indenização Total por roubos, furtos e/ou incêndio do veículo assegurado deverá acobertar com indenização parcial no mínimo as seguintes características básicas:

a) Roubo ou furto do veículo segurado;

a.1) Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora deverá indenizar o segurado pelo valor de mercado constante na tabela FIPE.

b) Incêndio ou explosão acidental do veículo segurado;

c) Em caso de furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento.

d) Deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia;

5.10.4. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF:

a) Danos Materiais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

b) Danos Corporais - R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

5.10.5. Acidentes Pessoais por Passageiro - APP:

a) Morte Acidental - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por passageiro;

b) Invalidez Permanente - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por passageiro.

5.10.6. Da Prestação de assistência 24 horas, sem pagamento de franquia deverá compreender os serviços mínimos:

a) Chaveiro, vidraceiro, reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante com quilometragem livre em todo o Território Nacional, com prazo máximo de 3 horas para atendimento;

b) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;

c) Serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;

d) Serviço de proteção a vidros, lanternas, retrovisores e faróis, com pagamento de franquia, atendendo às condições indicadas na cláusula 5.8.

5.11. Da Regulação de Sinistro:

5.11.5. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

5.11.6. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento da seguradora, a DPGE/MS poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

5.11.7. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da DPGE/MS.

5.11.8. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

5.11.9. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da DPGE/MS, não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

5.11.10. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

5.11.11. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

5.12. Da Indenização:

5.12.5. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

5.12.6. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

5.12.7. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela DPGE/MS e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.13. Da Indenização Integral:

5.13.5. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

5.13.6. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

5.13.7. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

5.14. Da Inclusão e Substituição:

5.14.5. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo (s), durante o período da vigência da apólice, a contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

5.14.6. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.14.7. Caberá ao setor administrativo da DPGE/MS, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a

fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

5.15. Da Exclusão:

5.15.5. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo (s), a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

5.15.6. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela DPGE/MS à operadora do referido seguro.

5.15.7. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

5.15.8. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

5.15.9. Durante a vigência do contrato, podem ser inseridos ou retirados veículos da apólice, obedecendo às normas de inclusão por endosso.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Todos os veículos objeto deste instrumento ficam em estacionamento exclusivo, na localidade onde estão vinculados, onde pernoitam todos os dias, salvo nos casos de atendimento a demandas externas.

6.2. O condutor do veículo é indeterminado, podendo ser qualquer servidor, legalmente habilitado da DPGE/MS.

6.3. Não há previsão de quantidade de quilometragem a ser percorrida pelos veículos no período de vigência do seguro.

6.4. Todos os veículos são devidamente identificados como veículo oficial.

6.5. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

6.7. A DPGE/MS não se submete a incidência do IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras.

6.8. O valor apresentado na proposta deverá incluir todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

6.9. O licitante deverá cotar o preço incluindo valores unitários por veículo que

compõe a frota da DPGE/MS.

6.10. A vigência da apólice atual é de: 24/05/2023 à 24/05/2024, conforme ANEXO II, deste Termo de Referência..

6.11. A seguradora atual da frota é: Gente Seguradora/SA

6.12. Nos últimos 3 anos ocorreram 03 sinistros, sendo eles tendo ocorrido nos seguintes carros:

RENAULT SANDERO EXPRESSION 1.6 8V HI-POWER

Placa: NRL9228

RENAULT DUSTER TECH ROAD 2.0 16V 4X4 FLEX

Placa: NRL9232

HYUNDAI CRETA ACTION 1.6

Placa: RCI4J32

6.12.1. A sinistralidade informada refere-se ao período 2021 a 2022, não houve sinistralidade no último ano.

6.12.2. Não há, no presente momento (abril/2024), veículo a ser coberto pelo seguro em razão de sinistro ocorrido.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com o artigo 33, inciso I, da Lei 14.133/2021.

7.2. O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado, de forma conjunta, nos moldes do artigo 56 da Lei 14.133/2021.

7.3. A proposta de preços deverá indicar o tipo de franquia (reduzida) e os valores individuais da franquia de cada veículo.

7.4. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

7.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que a licitação se trata de serviços simples, sendo usual utilizar o modo aberto-fechado nas disputas licitatórias desta Instituição, bem como, não há necessidade de sigilo nos valores a serem ofertados, o que gera, neste caso, maior economicidade e concorrência.

Da Habilitação Jurídica

7.6. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

7.7. Apresentar comprovação de autorização de funcionamento da seguradora junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, na forma do art. 44 do Decreto Federal n. 60.459, de 13 de março de 1967.

Da Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.8. Apresentação da certidão negativa de regularidade fiscal perante a

Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

7.9. Apresentação da certidão negativa de débitos Fazenda Estadual da sede da contratada;

7.10. Apresentação da certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal da sede da contratada;

7.11. Apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas e de ações trabalhistas da contratada - CNDT;

7.12. Certificado de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.13. Apresentação do Contrato Social da contratada e documentação dos sócios, quando necessário;

7.14. Certidões negativa de licitante inidôneo e improbidade administrativa;

7.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (artigo 68, inciso II da Lei 14.133/2021);

7.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ

Da Qualificação Econômica Financeira

7.17. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios, assinados ou certificados digitalmente pelo sócio administrador e contador devidamente registrado no CRC, quando obrigado por lei;

7.18. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.19. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) ou, na hipótese de não se atingir esse percentual, como forma alternativa, capital mínimo ou valor do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.20. Os índices descrito no item 7.19., serão resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.21. Em relação ao índice eleito no subitem 7.20., para fins de qualificação econômico financeira, em que pese a Lei n. 14.133/2021 não enumerar como obrigatória a observância específica de índices contábeis, a boa prática administrativa impõe a sua previsão, com o intuito de evitar contratação com empresa que não detenha idoneidade financeira ou condições de executar a obrigação a qual ficará sujeita no futuro contrato a ser firmado.

7.22. Na falta de normativo estadual disciplinando o índice de solvência, a Administração Pública Estadual tem se valido da Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.23. Ademais, a previsão de requisito de habilitação econômico-financeira alternativo está em consonância com o art. 69, §4º e 3º, da Lei n. 14.133/2021, e a Súmula 275, do TCU.

Da Qualificação Técnica

7.24. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.24.1. O (s) atestado(s) deverá (ão) conter: nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax); local e data de emissão; e nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

7.25. O requisito de habilitação técnica explicitado no subitem 7.24., tem por finalidade assegurar a comprovação, de maneira satisfatória, de que a empresa licitante detém capacidade produtiva e logística na execução do objeto a ser contratado, relacionada à quantidade e ao prazo de fornecimento. Ainda, ressaltamos que a possibilidade de solicitação do atestado de capacidade técnica está prevista no Art. 67, §9º da Lei 14.133/2021.

7.25.1. Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente”.[\[1\]](#)

7.26. Dessa forma, a apresentação de atestado (s) supracitada, visa demonstrar que o licitante já executou, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

7.27. Além do mais, há necessidade de apresentação de documentos simples que atestem a condição da empresa fornecedora em atender às demandas da DPGE/MS.

7.28. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.31. Além do mais há necessidade de apresentação de documentos simples que atestem a condição da empresa fornecedora em atender às demandas da DPGE/MS, assim, a licitante deverá apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que comprove a regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil.

Da Vistoria

7.32. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria dos veículos a serem segurados, a vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (67) 3318-2505 na sede da DPGE/MS - Campo Grande/MS, Av. Desembargador José Nunes da Cunha - Bloco IV - Parque dos Poderes, das 12:00 às 18:30, de segunda a sexta-feira, em dia de expediente normal.

7.33. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.34. Não realizada a vistoria, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

7.35. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.36. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva sua inabilitação, entretanto, não isenta do cumprimento das obrigações pertinentes ao objeto deste certame.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. **O quantitativo estimado da contratação para atendimento da necessidade é de R\$ 56.491,17 (cinquenta e seis mil reais quatrocentos e noventa e um reais e dezessete centavos).**

8.2. Ressalta-se que a metodologia para calcular o quantitativo, foi estimada com base na média das contratações anteriores atualizada pelo IPCA em conjunto com cotações recebidas diretamente por fornecedores, conforme apresentado em fase de Estudo Técnico Preliminar.

8.3. É importante observar, ainda em fase de Estudo Técnico Preliminar foi feita uma análise crítica dos preços coletados, sendo devidamente descartados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados.

8.4. Nesse sentido, cabe a Equipe de Planejamento, refinar, retificar e complementar no Termo de Referência os requisitos e estimativas da solução estudada e escolhida no ETP, que deverá conter informações mais exatas e atualizadas.

8.5. Assim, para definição da forma de cálculo do preço estimado em processo licitatório, o art. 6º da IN - DPGE/MS n. 3/2022, que trata da forma de cálculo da estimativa do preço prevê:

*“Art. 6º Serão utilizados, como métodos matemáticos para definição do preço estimado, a **média**, a mediana, ou o melhor/menor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros do artigo 5º desta Instrução Normativa, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados..” (grifo nosso)*

8.6. Logo, com a média da composição de custos unitários obtidos por meio da pesquisa de preços, obteve-se o valor referência para cada item, bem como, o valor total estimado para esta contratação, conforme demonstrado no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

9. DA RESERVA DE COTA À MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

PORTE

9.1. Salienta-se que é vedada a contratação de Microempresas e Empresa de Pequeno Porte para prestarem os serviços de Seguro de Vidas, isso porque, em conformidade com o art. 757, do Código Civil, c/c art. 24 do Decreto Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, poderá operar em serviços de seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas.

9.2. Em complemento, o inciso VIII, §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, exclui expressamente as empresas de seguros privados da concessão dos benefícios.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

10.1. A classificação orçamentaria será indicada pela Secretaria de Finanças e colacionada aos autos assim que requisitada pela Coordenadoria de Licitações.

10.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de quais naturezas forem.

10.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11. DOS PRAZOS, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

11.1. O prazo de entrega das apólices de seguro é de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do pagamento do objeto contratado.

11.2. O recebimento dos objetos se efetivará, em conformidade com art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório” que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme Art. 9, da Res. DPGE n. 317/2023.

b) Definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade, características, especificações dos objetos, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

11.3. As apólices e documentos referentes a esta contratação deverão ser enviadas no seguinte endereço eletrônico: adm@defensoria.ms.def.br.

11.4. Caso a fornecedora classificada não puder entregar o (s) objeto (s) solicitado (s), ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato à Secretaria de Gestão Administrativa, por escrito, no prazo máximo de 48 (vinte e quatro) horas antes de findar-se o prazo de entrega.

12. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. A aquisição dos itens propostos poderá ocorrer mediante formalização de

nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente conforme dispor em edital.

12.2. O prazo de vigência do contrato/instrumento equivalente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato/instrumento equivalente no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado em parcela única mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 10 (dez) dias, após a apresentação da respectiva nota fiscal e/ou documento hábil para pagamento, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e alterações, bem como previsto na Circular Susep nº. 624 de 22 de março de 2021, alterada pela Circular Susep nº 644, de 20 de setembro de 2021.

13.2. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

13.3. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

13.4. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 13.3. poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

13.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.6. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

13.7. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.7.1. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da Contratada.

13.8. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura.

13.9. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.10. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

13.11. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros

simples.

13.12. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

I = (TX)

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento)

13.13. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

13.14. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.15. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.

13.16. A Defensoria Pública Estadual, é isenta de IOF, conforme disposto no §3º, do art. 2º, do Decreto n. 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

13.17. As despesas com deslocamento de pessoal da Contratada ou de seus representantes serão de sua exclusividade responsabilidade.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice previsto no instrumento contratual exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.1.1. O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.4. Eventual reajuste dos preços, está submetido às condições de periodicidade de 12 (doze) meses e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

14.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

15.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

15.1.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

15.1.3. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato ou instrumento equivalente;

15.1.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente;

15.1.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

15.1.6. Fiscalizar o Contrato ou instrumento equivalente através do setor competente da Contratante;

15.1.7. Acompanhar a execução dos serviços efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Edital e seus Anexos ou deles decorrentes:

16.1.1. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação, exceto se a subcontratação estiver vinculada à prestação de serviços acessórios, conforme previsto neste Termo de Referência.

a) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.1.2. Qualquer ato que implique a substituição do Contratado por outra pessoa jurídica, como a fusão, cisão ou incorporação, somente será admitida mediante expresso e prévio consentimento da Contratante, mediante a formalização de Termo Aditivo, desde que:

a) Seja mantida a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (quando for o caso);

b) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;

c) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

d) Não haja qualquer prejuízo à boa execução das obrigações pactuadas.

16.1.3. Entregar a apólice ofertada, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos.

16.1.4. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato que envolva o nome da contratante mediante sua prévia e expressa autorização.

16.1.5. Manter durante a execução do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais

pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

16.1.7. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato ou instrumento equivalente, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte interno dos bens.

16.1.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, conforme artigo 125 da Lei 14.133/2021 e demais legislações correlatas.

16.1.9. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato.

16.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.

16.1.11. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venha a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

16.1.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato ou instrumento equivalente.

16.1.13. A contratada deverá providenciar o seu cadastro, bem como o cadastro do seu responsável no e-CJUR, junto ao portal do TCE/MS, conforme capítulo 10 do Manual e-CJUR, conforme art. 15, inciso V, da resolução TCE/MS n. 65/2017.

16.1.14. Liberar a DPGE/MS da franquia:

- a) Perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;
- b) Prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências.

16.1.15. Repor o veículo por outro do mesmo valor e características, ou pagar indenização no valor de 110 % da Tabela FIPE vigente na data de aviso do sinistro, a critério da DPGE/MS:

a) Repor o veículo por outro do mesmo valor e características, ou pagar indenização no valor de 110 % da Tabela FIPE vigente na data de aviso do sinistro, para casos de indenização integral a critério da DPGE/MS, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 621/21, art. 43);

a.1) Em caso de extinção da Tabela FIPE - será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

17.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante da seguinte forma:

a) não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta;

g) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

17.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

b) multa moratória conforme descrito abaixo:

b.1) até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 1% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.2) do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 1,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.3) do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

b.4) multa compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

b.5) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

b.6) Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b.7) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa;

b.8) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

b.9) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS NA LICITAÇÃO

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

18.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

18.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a formalização contratação ou para fins de assinatura do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de

execução contratual;

18.1.3. As demais disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

19. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1. Com fundamento nos 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto a contratada poderá ser apenada, isoladamente ou juntamente com as multas definidas nos artigos supracitados, com as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa

c) Impedimento de licitar ou contratar

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por prazo não superior a dois anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

g) Impedimento de licitar e contratar com a DPGE/MS e descredenciamento no Cadastro Central de Fornecedores da Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - pelo prazo de até cinco anos.

19.2. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

19.3. No caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução do contrato ou instrumento equivalente, sem que haja justificativa aceita pela Contratante, a Contratada ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, limitado à 10% (dez por cento). Após trinta dias de atraso, a Contratante poderá reconhecer a inexecução parcial ou total do contrato.

19.4. Em caso de subcontratação não autorizada, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato. A reincidência por uma vez de subcontratação não autorizada configurará inexecução parcial do contrato e ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

19.5. Por infração a qualquer outra cláusula do Edital e seus Anexos, não prevista nos subitens anteriores, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras sanções, inclusive a rescisão contratual, se for o caso:

I - Advertência, no caso de infrações leves;

II - Multa de até 10% (dez por cento):

a) Sobre o valor do item do qual participou a licitante, se a infração ocorrer durante a licitação;

b) Sobre o valor do contrato, se a infração for ao contrato.

19.6. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que

lhes são inerentes.

19.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

19.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do seu valor à licitante, a multa será inscrita em dívida ativa.

19.9. A aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei supracitada não exclui a possibilidade de aplicação de outras constantes da legislação que rege o tema, inclusive a responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

19.10. As sanções serão registradas no SICAF.

19.11. Com fundamento no artigo 50 do Decreto n.º 15.327/2019 do Estado de Mato Grosso do Sul, ficará impedida de licitar e contratar com a DPGE/MS, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do item e das demais cominações legais, garantindo o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar atraso na execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

19.12. Para fins do disposto no subitem 19.11., alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original, constituindo-se como exemplos as condutas tipificadas nos artigos na Lei n.º 14.133/2021.

20. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

20.1. Nos termos do artigo 104, inciso III e artigo 117 da Lei 14.133/2021 será designado servidor ou comissão responsável pela gestão do contrato e acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

20.2. O (s) responsável (eis) pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato da Contratante, conforme Resolução DPGE 317/2023.

20.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a

responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

20.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

20.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

20.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

20.7. A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

20.8. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao Contrato ou instrumento equivalente.

20.9. A Contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela Contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

20.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

20.11. A avaliação será considerada pela Contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos produtos ofertados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o Contrato ou instrumento equivalente, ou ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

21. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

21.1. O presente Termo de referência rege-se pelas normas instituídas por meio da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e na forma e condições fixadas na Legislação Vigente, Resolução DPGE 317/2023 e Resolução DPGE/MS nº. 289/2022.

21.2. Instrução Normativa n. 05/2017 SEGES, que regulamenta o planejamento das contratações em âmbito federal e institui o Gerenciamento de Risco em seu artigo 20, inciso II, utilizada em analogia por esta Defensoria Pública.

21.3. Circular SUSEP nº. 621, de fevereiro de 2021, que dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

21.4. Circular SUSEP nº. 639, de agosto de 2021, que dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.

21.5. Foram utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na IN DPGE nº 03/2022 e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição foi subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

21.6. Circular SUSEP nº. 668, de julho de 2022, que dispõe sobre os critérios de

atualização e recálculo de valores relativos às operações de seguro, de previdência complementar aberta e de capitalização.

21.7. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

21.8. Normas regulamentares aplicáveis expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; E, ainda o disposto nos artigos 757 e 788 do Código Civil do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

22. FRAUDE E CORRUPÇÃO

22.1. As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.2. Para os propósitos do subitem anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “Prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato; e

e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (si) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

22.4. Considerando os propósitos dos subitens acima, a Contratada concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. A rescisão contratual poderá ser:

23.1.1. Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 138, inciso I e art. 139 da Lei 14.133/2021.

23.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

23.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.2. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual ou documento equivalente, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

23.3. O instrumento contratual ou documento equivalente poderá ser denunciado, por qualquer das partes, mediante aviso prévio com antecedência mínima de trinta dias, por meio de correspondência protocolizada.

23.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE, e comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no instrumento contratual ou documento equivalente.

23.5. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá à CONTRATANTE decidir pela continuidade do instrumento contratual ou documento equivalente.

23.6. As partes reconhecem os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138 e 139 da Lei Federal 14.133/2021.

24. GESTORES E FISCAIS RESPONSÁVEIS

24.1. Ari Rodrigues dos Santos Filho

24.2. Ana Flávia Miranda Menegati

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em favor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 03.236.066/0001-73, e encaminhada à Secretaria de Gestão Administrativa para o devido recebimento e conferência.

Maryte Rios Fernandes

Assessora Administrativa

Secretaria de Gestão Administrativa

Sara Carelli Medina

Assessora Administrativa

Secretaria de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **MARYTE RIOS FERNANDES, ASSESSOR ADMINISTRATIVO**, em 30/04/2024, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SARA REGINA CARELLI MEDINA, ASSESSOR ADMINISTRATIVO III**, em 30/04/2024, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://bit.ly/3TOMKe9> informando o código verificador **0179417** e o código CRC **F22C88AE**.
